

2º PRÊMIO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL -
ODS WEEK PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI -2019

Nome da solução: Fracasso escolar: velhos problemas, novas soluções

Desafio: Como combater a distorção idade-série na rede municipal de educação?

ODS Vinculado: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Resumo da solução: A presente solução “Fracasso escolar: velhos problemas, novas soluções” assume o enorme desafio de enfrentar os altos índices de distorção idade-série na rede municipal de ensino de Niterói, fenômeno este diretamente associado à experiência do fracasso escolar. Tal experiência, produtora de sofrimento para estudantes, suas famílias e, também, para profissionais de ensino, é entendida nesta proposta enquanto construção social e não meramente resultado de processos individuais. Dessa forma, a solução aqui proposta busca responder à complexidade subjacente ao problema do fracasso escolar por meio de intervenções que atravessam três(3) eixos de trabalho: 1. o desenvolvimento de mecanismos concretos para fomentar a participação das(os) estudantes na escola, como meio de resgatar o sentido das suas vivências neste espaço; 2. o debate curricular nas escolas da rede municipal de ensino de Niterói, buscando romper com a lógica do currículo normativo-prescritivo e fragmentado; 3. ações intersetoriais entre os setores de Educação, Saúde e Assistência Social a fim de romper com o isolamento da escola no enfrentamento da complexidade do problema. Em interferência recíproca, estes três eixos confluem para a constituição de uma escola mais democrática e inclusiva para todas(os), trazendo efeitos para a superação do fracasso escolar.

1. Introdução

1.1. Breve descrição do desafio escolhido

"Não há justiça social sem justiça cognitiva global"

Boaventura de Souza Santos

O desafio de combater a distorção idade-série não é um desafio novo nem para o município de Niterói nem para o país. De acordo com Mainardes (1998), na década de 1930, apenas cerca de 60% das crianças brasileiras tinham acesso à escola primária. Na década de 1990, 95% delas se matriculavam na primeira série do primeiro grau, mas apenas 69% cursavam com sete anos de idade ou menos. Ou seja, cerca de 26% das crianças apresentavam distorção idade-série.

As décadas de 1980/1990, foram períodos de intensas e consideráveis discussões sobre o fracasso escolar e de implementações de políticas educacionais que objetivavam combatê-lo, como por exemplo, a adoção dos processos de avaliação continuada e os ciclos básicos de alfabetização (MAINARDES, 1998; BARRETO & SOUZA, 2004).

Niterói, que não se encontrava fora da realidade nacional, em 1994 adotou o processo de avaliação continuada para evitar a repetência e, assim combater o fracasso escolar. A tentativa não foi bem sucedida. Em 1999, então, o município implementa o sistema de ciclos em todo o Ensino Fundamental, sem uma associação direta como uma outra proposta de organização curricular. Nos anos subsequentes, incrementa o debate sobre o ciclo, mas ainda investe em estratégias como programas de aceleração e reforço escolar que, de certa forma, trazem marcas de uma escolarização excludente e seletiva.

Segundo Hanff, Barbosa e Koch (2002) o Programa de Aceleração da Aprendizagem foi incentivado em 1997, pelo Presidente da República daquele momento, Fernando Henrique Cardoso, indicando esta política como um remédio de acesso fácil para os alunos repetentes.

Dentro da realidade de Niterói, tais turmas foram criadas, de acordo com Silva (2016, p. 38) porque se “acreditava que com o passar do tempo elas iriam desaparecer automaticamente e os estudantes iriam se encaixando nos ciclos”.

Algo que não aconteceu tanto em Niterói, quanto em tantos outros estados e municípios que adotaram tal estratégia (HANFF. BARBOSA & KOCH 2002 outros). Segundo relatos da coordenação de turmas de aceleração da aprendizagem e dados do próprio site da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), este grupo estudantil só vem aumentando. Em 2014, oficialmente, regulariza-se as turmas de aceleração da aprendizagem pela portaria FME 012/2014, e atualmente este grupo estudantil também está presente no terceiro e quarto ciclos, fato que evidencia que o problema não foi resolvido, mas estendeu-se aos finais do ensino fundamental.

Hoje, decorridos 20 anos da implementação do sistema de ciclos, associado a programas de aceleração da aprendizagem e reforço escolar, permanece a pergunta: “Como combater a distorção idade-série na rede municipal de educação?”

“Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ODS 4), constitui-se como grande desafio de ordem político-estrutural, pedagógica, econômica e social.

Neste sentido, soluções que pretendam enfrentar o problema alienando-o de sua complexidade, e que não incluam, desde a concepção até sua materialização, os diversos partícipes da questão, estarão fadadas ao fracasso.

Tendo em mente tal complexidade, nos desafiamos a pensar/repensar em saídas para a questão do fracasso escolar - e seus subprodutos, tais como, a distorção idade-série e a evasão - que por um lado busque reconhecer e articular as diversas políticas públicas que devem entrar em sinergia para efetivamente enfrentar a questão e, por outro, tenha como princípio norteador a ideia de participação, o que implica no envolvimento de todos os atores, especialmente as(os) estudantes, na busca da democratização da escola, do saber e da promoção do ser social em sua plenitude, como elementos centrais para a superação do grave problema do fracasso escolar.

Para embasar as soluções ora apresentadas, tomamos como referencial teórico e metodológico o conceito de Pensamento Abissal, os Estudos com o Cotidiano, a Sociologia da Infância e o debate sobre as relações opressoras que sustentam uma determinada forma de participação que tradicionalmente se materializa na escola. Tais opções teóricas refletem nosso reconhecimento do fenômeno do fracasso escolar como uma construção social e não meramente resultado de processos individuais, denunciando um quadro no qual a universalização do acesso à escola não se traduz em acesso ao conhecimento para todos, principalmente no caso das crianças das classes populares. Desta forma, entendemos que fracassar marca uma forma de participação social desprivilegiada, vivida, em sua maioria, por crianças de uma determinada classe social. (SCHILKE, 2017)

A análise mais ampla do desenvolvimento histórico das sociedades modernas realizada por Boaventura (2010) oferece importantes pistas sobre a gênese deste processo. Segundo o autor, a ordem mundial capitalista lançou raízes que, no Ocidente, estratificaram nações e deram origem ao que definiu como “pensamento abissal”. Tal ordem foi construída com base nas necessidades de dominação colonial, criando linhas que separam o mundo ocidental em Norte/ Sul colonial e estabelecendo, neste processo, o domínio de uma epistemologia que eliminou o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento.

Na lógica do pensamento abissal, o conhecimento científico não é distribuído socialmente de forma equitativa, e não pode ser de outra forma, pois o seu desígnio original é a conversão de um lado da linha em sujeito do conhecimento e do outro lado em objeto de conhecimento (BOAVENTURA SANTOS, 2010). Um lado é reconhecido como produtor de conhecimento, e o outro, mero objeto, sendo incapaz de produzi-lo. Tomando tal perspectiva como chave interpretativa, a escola que não alfabetiza parte do seu alunado deixa de ser uma questão incompreensível, pois ao pautar-se, quase que exclusivamente, na transmissão dos fragmentos do conhecimento científico, subtrai do espaço escolar um número significativo de experiências que não estejam alicerçadas na racionalidade científica.

Reconhecendo a dinâmica das linhas abissais e o papel que a escola desempenha no processo de reprodução desta dinâmica, entendemos que o fracasso escolar está intrinsecamente associado aos movimentos que as linhas abissais entre “aqueles que detém o conhecimento supostamente universal e válido” e “aqueles que não sabem” podem produzir. Com o intuito de fraturar essa lógica que vem atando estudantes e profissionais da educação a uma relação problemática e produtora de frustração e fracasso para todas(os), a solução aqui apresentada elege a experiência da participação como dispositivo prenhe de possibilidades de mudança. Pois, acreditamos ser por meio da participação e engajamento dos estudantes na escola que as diversas culturas do espaço escolar poderão entrar em um diálogo pautado pelo respeito mútuo e no reconhecimento dos diferentes formas de conhecimento.

Objetivo geral: constituir um conjunto de ações intramuros e extramuros da escola, dirigida à prevenção e cuidado dos fatores que alimentam o fracasso

escolar e, por efeito, levam à evasão e distorção idade-série na rede municipal de educação de Niterói.

Objetivos específicos: 1. Promover a participação de crianças e jovens no processo de construção de saídas para o problema do fracasso escolar, reconhecendo-os como sujeitos de direitos para que vivenciem e experimentem situações de pertencimento, de engajamento, fomentando o desejo de cooperar diante das dificuldades enfrentadas, superando o lugar de meros objetos da política a ser implementada; 2. Promover a articulação de ações das políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social a fim de romper com o isolamento da escola no enfrentamento da complexidade do problema, garantindo a proteção social e o cuidado aos estudantes vulneráveis ao fracasso e evasão escolar; 3. Promover um debate curricular nas escolas da rede municipal de ensino de Niterói que leve à construção de dispositivos concretos, respeitando a identidade de cada unidade escolar, que potencializem o sentido da escola, a participação e o engajamento das(os) estudantes neste espaço e no processo de ensino-aprendizagem.

1.2 - Justificativa

O desafio 3 (três), qual seja: “Como combater a distorção idade-série na rede municipal de educação?” foi escolhido por ser esta uma realidade vivenciada e produzida no dia a dia do ambiente escolar, levando a efeitos como sofrimento e, por vezes, impotência dos profissionais da escola, bem como à exclusão de alguns estudantes do sistema de ensino, exclusão essa que parece em muitos casos ser tanto precedida quanto propulsora de outras tantas exclusões e violações de direitos sofridas por estes jovens cidadãos.

A partir da experiência acumulada sobre o problema, refletida, tal como veremos a seguir, no discurso dos profissionais da rede de educação do município de Niterói, entende-se que a realidade do fracasso escolar não se sustenta apenas na escola, mas ultrapassa os seus muros, perpassando e transpassando vários setores do município que, tendo seus serviços e ações fragilmente integrados, parecem ter sua potência de intervenção prejudicada.

Sendo assim, a relevância de enfrentar tamanho desafio parece inquestionável não só no âmbito dos anseios intrínsecos ao setor de educação, mas em seus efeitos para toda a cidade.

Diante deste fenômeno, qual ou quais soluções seriam desejáveis, principalmente para aqueles que vivem a dor do fracasso? Quais ações seriam eficazes para intervir sobre o fracasso escolar, considerando que há décadas se vem travando lutas contra ele?

Em reuniões pedagógicas, conversas nos corredores ou nas salas de professores e pelas respostas dadas a partir de um roteiro de questões sobre o tema desenvolvido em duas escolas, encontramos os seguintes apontamentos:

"A sala tem muitas crianças com muitas dificuldades assim fica difícil ajudar"

"Não tem psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social para ajudar nas questões que extrapolam o pedagógico"

A partir destas falas e tantas outras que circulam o cotidiano escolar fica evidenciado a associação que os docentes fazem entre o fracasso escolar e o quantitativo de estudantes nas salas de aulas, especialmente quando este professor atua nos anos iniciais. Também apontam a falta de uma equipe multidisciplinar com fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros profissionais que poderiam contribuir para uma efetiva parceria com a escola atendendo as demandas das(os)estudantes quando estas ultrapassam as questões meramente pedagógica.

Já os estudantes, quando perguntados sobre o que gostam e o que não gostam na escola e sobre os motivos de alguns estudantes evadirem da escola, tecem os seguintes comentários:

" Eu gosto do recreio e da comida , gosto de brincar na quadra, mas ela poderia ser maior".

"Eu não gosto do dever, das aulas de história, o exercício é muito chato e, não gosto das brigas com os colegas".

"Quem sai da escola é porque precisa trabalhar ou ficou grávida"

" Tia, eu não aprendo mesmo, é muito triste não aprender"

Assim, a partir da escuta dos estudantes, dos professores e da equipe pedagógica sobre as questões que na visão destes sustentam a dinâmica do fracasso escolar e associando tais questões aos estudos sobre o pensamento abissal e à ideia de participação e a articulação intersetorial como dispositivos de transformação, e ,entendendo, ainda, a complexidade da realidade social da escola onde se revelam múltiplas manifestações da questão social, propomos a solução: "Fracasso Escolar: velhos problemas, novas soluções".

2. Descrição geral da proposta de solução

2.1. Implementando a solução

Como abordado anteriormente, a solução a ser proposta para o enfrentamento do fracasso escolar não pode recair em fórmulas simplistas ou fragmentárias que focalizem em apenas um aspecto da questão enquanto negligenciam a necessária visão holística sobre o problema. Também para a construção deste caminho temos que levar em consideração as falas de professores e estudantes que,em seu conjunto, deram sinais de um cotidiano escolar que provoca desinteresse e aponta dificuldades estruturais, com barreiras difíceis de transpor que se materializam, por vezes, em infrequência e evasão.

Para pensar um caminho em relação ao alto quantitativo de crianças por sala e, ainda, diante do desinteresse das(os) estudantes pelo conteúdo apresentado, a solução aqui apresentada lida com o problema a partir da proposta de reconfiguração dos espaços e tempos da escola de modo que a relação que limita professoras(es) e estudantes a um grupo rígido e fechado é interrogada. Tal formato rígido, na presente proposta, cede lugar a uma organização flexível – retomando a perspectiva de escola ciclada – em que o isolamento de cada professor (a) com sua turma é rompido, enquanto estudantes passam a ser responsabilidade de toda a comunidade escolar,

podendo ser atendidos por diferentes professoras(es) por meio de reagrupamentos em “ciclos de formação” e “ciclos de aprendizagem”. Tais reagrupamentos, por sua vez, são organizados de acordo com os interesses e necessidades das(os) estudantes e levando em consideração os recursos e interesses das(os) professoras(es). Para que essa nova organização possa produzir os resultados esperados, dois elementos cruciais precisam ser contemplados, tendo sido projetados na presente proposta. O primeiro diz respeito a um processo de formação continuada dos professores em direção a construção deste novo paradigma de educação. O segundo elemento é de ordem estrutural. Para que os reagrupamentos possam se dar, superando a estigmatização das(os) estudantes que atualmente ficam restritos às chamadas “turmas de aceleração”, faz-se necessário a convocação, para cada escola-piloto envolvida na proposta, de mais duas/dois professoras(es), de modo que a fixidez da lógica da enturmação possa dar lugar a arranjos mais livres, criativos e sintonizados com as diferentes necessidades das(os) estudantes.

Sobre a necessidade, presente na narrativa das(os) professoras(es), do apoio de uma equipe de cuidado para intervir sobre questões que transcendem a capacidade pedagógica da escola, ecoamos tal demanda por meio da proposição de uma perspectiva de trabalho intersetorial a ser concretizada no interior da escola. Esta opção não se alia, na proposta aqui apresentada, a uma perspectiva de estigmatização e/ou patologização de problemas escolares em que dificuldades do processo de ensino-aprendizagem são interpretados como efeitos de dificuldades sociais das famílias ou como problemas de saúde, estigmatizando as “crianças-problema” enquanto a lógica escolar que, não raro, está na base das dificuldades, permanece inalterada. Entretanto, é forçoso reconhecer a gravidade e complexidade dos problemas sociais das(os) estudantes e suas famílias em uma sociedade cada vez mais desigual e violenta. Sendo assim, a projeção sobre os profissionais de educação de toda a responsabilidade para lidar com esses problemas é não apenas perverso, mas equivocado do ponto de vista da eficácia dos resultados esperados.

Para dar corpo aos encaminhamentos propostos que abarcam diversas frentes, a solução proposta se organiza em diferentes “eixos” que, em articulação contínua e influência recíproca, almejam interferir positivamente no problema do fracasso escolar.

Descrevemos abaixo os referidos eixos, seus princípios norteadores e ações a serem implementadas para sua efetivação, para, em seguida, apresentar um cronograma de execução que descreve as diferentes etapas da intervenção.

Vale ressaltar, que os “princípios norteadores” deverão ser, como o termo sugere, a bússola simbólica para a realização das ações, não podendo sofrer variações, a não ser que discretas e/ou no sentido de seu aprofundamento. As propostas de ação, por sua vez, deverão ser pensadas e planejadas pela comunidade escolar, devendo ser dotada de peculiaridades em consonância com a identidade de cada escola e de cada território. Entretanto, apresentaremos aqui algumas possibilidades de ações a serem implementadas a fim de dar concretude à proposta.

Observamos ainda, que para que o trabalho se efetive de maneira eficiente e orgânica, faz-se necessário a instalação de uma Coordenação de Ação Intersectorial (CAI), aproveitando os quadros da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social. Esta coordenação terá como tarefas: coordenar as atividades dos três eixos; organizar a formação continuada dos profissionais de educação (contando com profissionais da sede da Fundação Municipal de Educação e provocando a parceria com a universidade); acompanhar o trabalho realizado e avaliar em conjunto com todos os atores (incluindo estudantes e famílias) o andamento da proposta, promovendo os ajustes necessários.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de garantir que a participação neste projeto se faça mediante o sistema de eleição de escolas-piloto, preferencialmente pelo menos 1 por pólo (8 escolas participantes), selecionadas em sistema de livre adesão. Entendemos que tal procedimento é fundamental para sedimentar a proposta a partir da experiência vivida nas escolas-piloto, antes de generalizá-la para toda a rede. Além disso, é valioso contar com escolas que desejem implementar tais soluções propostas, no sentido de garantir a democratização da implementação da proposta enquanto política pública a ser vivenciada por profissionais da rede e, em seguida, a depender da avaliação dos envolvidos, implementada nas demais unidades escolares.

Sugerimos assim, que o projeto se realize em 8 escolas-piloto de Ensino Fundamental I, pelo período de 14 meses. A escolha deste segmento de ensino se dá pelo fato de a implementação do sistema de reagrupamentos por ciclos de formação e ciclos de aprendizagem serem de operacionalização menos complexa na lógica deste segmento – que ainda não possui organização por disciplinas -. Sendo assim, após a sedimentação da proposta, e havendo impacto positivo nas escolas-pilotoo que será definido por meio de um intenso processo avaliativo, com metodologias diferenciadas, envolvendo todos os atores, sugere-se a implementação para os demais segmentos.

Apresentamos a seguir as etapas e ações que devem ser seguidas para a implementação da proposta.

Eixo1: Participar para transformar

Este eixo objetiva articular as ações que mobilizem a gestão do trabalho pedagógico em direção ao objetivo de democratização da escola, não só no que tange ao acesso dos estudantes a este espaço, meta esta em grande medida já alcançada pelo município de Niterói, mas, fundamentalmente, no que diz respeito à participação dos estudantes como estratégia de promoção de sua permanência na escola. O eixo também focaliza a produção de soluções concretas para o incremento do diálogo necessário entre estudante, família e escola.

Assim, no que se refere aos estudantes, este eixo reunirá ações no sentido da criação, pelos profissionais de educação, estudantes e famílias, de espaços e tempos de diálogo na escola, que democratizem as relações neste espaço, possibilitando que o estudante, gradativamente, participe da gestão do trabalho pedagógico do qual, tradicionalmente, tem sido mero objeto. Ou seja, trata-se de abrir espaços para o desenvolvimento da posição de sujeito dos

estudantes, estimulando o deslocamento destes de uma forma de participação meramente contemplativa, daqueles que são alvo de ações pensadas, planejadas e operacionalizadas por outrem, para uma forma de participação mais ativa na qual o estudante participe das formulações e da própria operacionalização das políticas educacionais e propostas pedagógicas. Para que os objetivos do eixo sejam alcançados, os seguintes princípios norteadores e as seguintes ações deverão ser materializadas.

Princípios norteadores:1. Conceber o diálogo como estratégia pedagógica de superação das “linhas abissais” que afastam os estudantes das classes populares da educação, promovendo a falta de sentido da escola para os estudantes e empobrecendo o engajamento destes na vida escolar;2. Promover a circulação do poder entre os que tradicionalmente devem “criar e defender as regras” e os que, tradicionalmente, devem “obedecê-las”, de modo a promover atitudes mais autônomas e responsáveis por parte dos estudantes;3. Promover o reconhecimento da cultura local, respeitando a identidade e a diversidade individual e coletiva;4. Promover a participação social das(os) estudantes, famílias e de toda a comunidade escolar, tanto a nível institucional, quanto no nível macro das relações sociais no município;

Propostas de ação:1. Assembleias mensais de estudantes, organizadas por faixa etária, para decidir aspectos variados da vida escolar, tais como: projetos pedagógicos a serem desenvolvidos, questões organizacionais da escola, mediação de conflitos, etc.As referidas assembleias deverão ser espaços democráticos em que as(os) estudantes tenham, a medida que o projeto toma corpo, cada vez mais autonomia em sua organização e condução. As assembleias devem ser também acompanhadas pela equipe pedagógica de cada unidade escolar, bem como por professoras (a) representantes, ficando estes profissionais responsáveis de levar as decisões para os encontros de formação para que sejam incorporados nos projetos de trabalho e/ou sejam encaminhadas outras ações que se fizerem necessárias;As reivindicações levantadas pelas(os) estudantes nas assembleias, tanto no que diz respeito às questões institucionais da escola, quanto a aspectos variados de seu cotidiano na cidade, deverão alimentar, quando pertinente, a base colab.re, estimulando a participação social dos mesmos;2.Assembleias trimestrais com a participação dos familiares para decidirem/ avaliarem com os demais atores da escola o trabalho pedagógico realizado;3.Encontros de cultura, com periodicidade semestral, em que estudantes, familiares e atores da comunidade compartilhem e produzam saberes, expressões artísticas e culturais.

Eixo 2: Participar para saber e ser

Este eixo tem por objetivo incrementar o debate curricular buscando romper com a lógica do currículo normativo-prescritivo— sendo previamente definido enquanto “um pacote” a ser aplicado pela(o) professor - associando tal debate ao desenvolvimento de ações que assumam o desafio de desenvolver formas de mediações pedagógicas que reconheçam os diferentes saberes que habitam o contexto escolar e que adotem a interdisciplinaridade como princípio articulador entre as áreas do conhecimento.

Tal proposta tem, em sua ousadia e complexidade de intenções, espessura correlata aos problemas concernentes a questão do fracasso escolar que pretendemos enfrentar. Assim, se por um lado é um grande desafio transformar perspectivas e práticas instituídas, por outro, as práticas vigentes tem continuamente frustrado profissionais da educação sensíveis à questão das dificuldades de aprendizagem e evasão, abrindo espaço para pensamentos e práticas instituintes.

Princípios norteadores:1. A ideia de “diversidade epistemológica do mundo”, ou seja, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecer, e a assimilação, pela escola, dessa diversidade;2. Autonomia das(os) estudantes / protagonismo na escola como estratégia de produção de sentido e efeitos de emancipação social.3.Valorização do desejo dos sujeitos (tanto professoras, quanto estudantes) como elemento-chave para escolhas relativas a currículo.

Propostas de ação:1. Formação em serviço, com periodicidade semanal, com duração de 6 meses, que envolva todos os atores da comunidade escolar, incluindo em alguns momentos do processo formativo, e com metodologia definida, a participação dos estudantes, famílias e atores do território (por representação), a fim de alimentar o debate sobre currículo, educação popular, crianças, infâncias, juventudes, avaliação emancipadora, transversalidade, educação por projetos de trabalho pedagógicos e outros temas. Estas formações deverão se constituir, ainda, enquanto espaço de construção de ações pedagógicas que superem a fragmentação do trabalho docente e a perspectiva do currículo normativo prescritivo. Neste sentido, devem ser contempladas ações de formação que tenham como produto projetos interdisciplinares produzidos em diálogo com as discussões realizadas, e a participação das (os) estudantes, familiares e demais atores. Assim, ao fim de cada mês de formação o grupo de professoras(es) deve apresentar um projeto de ação que leve em consideração os princípios norteadores deste eixo.A partir dos projetos elaborados, planejar estratégias pedagógicas em sala de aula e/ou em diálogo com outros grupos, que materializem novas formas de mediar o trabalho docente no qual a autonomia do estudante seja o foco. Propomos que o professor, provocado pelo processo formativo, e em diálogo com os estudantes realize, por exemplo, reagrupamentos, aulas passeio, projetos coletivos, aulas acontecimentos, projetos de trabalho pedagógico, avaliação formativa para além da elaboração de provas verificadoras de “aprendizagens” fragmentadas, focando em contrapartida em práticas de investigação norteadoras do trabalho pedagógico, entre outras propostas que serão apresentadas e desenvolvidas nos encontros de formação em serviço. Estas ações deverão ser planejadas pelas(os) professoras(es) que poderão usar, além do momento da formação, parte do 1/3 do horário de planejamento para tal.3. Organização de um fórum de produção e divulgação de conhecimentos produzidos pelas unidades escolares participantes ao final de um ano de execução da proposta.

Eixo 3: Saber Cuidar

Este eixo reunirá ações de cuidado que articulam educação, saúde e assistência social na busca de saídas para a complexidade de questões subjacentes ao fracasso escolar que, a um só tempo, transcendem e

atravessam a dimensão pedagógica. O eixo assume a perspectiva de o fracasso escolar é vivenciado tanto pelo docente, quanto pelo discente e seus familiares como um processo doloroso frequentemente associado a um sentimento de impotência em que estes atores se vêem sem os recursos necessários –simbólicos e materiais – para intervir sobre o problema. Neste sentido, o eixo congregará ações das três políticas públicas citadas anteriormente, incrementando ainda o diálogo com os demais serviços governamentais e não governamentais que, direta ou indiretamente, tem a possibilidade de contribuir para a superação do fracasso escolar. Neste sentido, busca-se romper o isolamento da escola para lidar com questões sociais complexas, que merecem acolhimento, escuta e apoio concreto de ações de caráter intersetorial. A atuação de uma equipe técnica formada por profissionais de psicologia e serviço social junto às escolas possibilita olhares multidisciplinares para as questões enfrentadas no cotidiano das escolas, por meio da realização de mapeamentos e diagnósticos das complexidades de situações que permeiam a vida de crianças e adolescentes em seu processo de escolarização e, a partir disso, a proposição de possibilidades de resoluções e caminhos para a superação, tanto por meio de ações intramuros da escola que incrementem a maneira pela qual a escola materializa seu caráter inclusivo e democrático, quanto por meio de encaminhamentos para a rede de proteção e defesa de direitos. Esta equipe promoverá, portanto, um significativo auxílio à escola na identificação e intervenção sobre as situações sociais, econômicas, culturais que permeiam a vida daqueles sujeitos, bem como na criação de estratégias e mecanismos para a superação do fracasso escolar.

Para a efetivação dos objetivos do eixo, a presente solução propõe a composição de duas equipes multiprofissionais de ação intersetorial para atuação junto às escolas-piloto que aderirem ao projeto, assim formadas: equipe 1 de ação intersetorial para enfrentamento do fracasso escolar - 1 psicóloga(o) e 1 assistente social para atendimento de 4 escolas-piloto; equipe 2 de ação intersetorial para enfrentamento do fracasso escolar – 1 psicóloga(o) e 1 assistente social para atendimento de 4 escolas-piloto. Tais profissionais devem ser servidores efetivos vinculados à rede de saúde e assistência social do município (sendo designados a cumprir parte de sua carga horária nas escolas) de modo a garantir a articulação necessária da rede. As referidas equipes deverão atender aos seguintes princípios norteadores e desenvolver as seguintes ações:

Princípios Norteadores: 1. Adotar a perspectiva da escuta qualificada, pautada no acolhimento e cuidado de todos os envolvidos (estudantes, profissionais de ensino e familiares) no que concerne à dor causada pelo fenômeno do fracasso escolar. 2. Promoção da potência do trabalho intersetorial como meio de enfrentar o problema do fracasso escolar e romper o isolamento da escola na busca de superar este problema; 3. Fomentar o sentimento de pertencimento das(os) estudantes e familiares à escola, na lógica da participação e do respeito a diversidade individual e coletiva;

Propostas de ação (todas as ações da equipe de ação intersetorial serão coordenadas pela Coordenação Intersetorial anteriormente descrita): 1. Escuta e acompanhamento do grupo de profissionais da escola, por meio de reuniões quinzenais, a serem agendadas com os profissionais da escola, utilizando o tempo das reuniões pedagógicas, participando de encontros de

formação continuada e/ou nos horários de 1/3 de planejamento individual das(os) professoras(es). Nestes encontros serão promovidos estudos de casos de jovens identificados com vulnerabilidades materializadas em indicadores de evasão, dificuldade de aprendizagem e repetência, a fim de definir intervenções pertinentes no âmbito intramuros e/ou extramuros da escola;2. Articulação com os dispositivos de proteção, cuidado e assistência à infância e juventude a fim de encaminhar casos em que a ação intramuros da escola não for suficiente, e, quando se fizer necessário, acompanhando de forma direta no âmbito da Saúde (ambulatório, CAPSIJ, etc.) e da Assistência Social (CRAS, CREAS). Os encaminhamentos poderão se dirigir, ainda, às organizações da sociedade civil que façam parte da rede de cuidado no território, durante todo o período da execução da proposta.Observação: os encaminhamentos e acompanhamentos diretos no âmbito da saúde deverão seguir o princípio da excepcionalidade, realizando-se somente quando forem esgotadas as possibilidades de intervenção intramuros da escola e de proteção socioassistencial, evitando assim o risco de patologização dos problemas sociais e educativos;3. Elaboração, sob a coordenação da equipe de ação intersectorial, dos prontuários dos estudantes/famílias atendidos3. Monitoramento dos estudantes que estão com altos índices de falta de forma a realizar a intervenção prevenindo a possível evasão. Tal monitoramento deve ocorrer em parceria com a escola e o NAT, ocorrendo durante todo o período da execução da proposta. 4.Trabalho com as famílias: atendimentos, visitas domiciliares, oficinas, grupos temáticos, trabalho de fortalecimento de vínculos, ocorrendo pelo menos uma vez por mês;5. Fomentar, em conjunto com os profissionais das unidades escolares, espaços de participação de jovens na escola; 6. Implementar, em parceria com a EAP das escolas e o grupo de professoras, propostas de intervenção junto aos educandos que promovam o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva; 6. Participar de reuniões com a Coordenação da Ação Intersectorial (CAI) para supervisão, acompanhamento e planejamento das ações; 7. Elaborar e remeter relatórios mensais sobre a atuação da equipe junto às escolas à Coordenação da Ação Intersectorial (CAI);

2.2 – Cronograma de Execução														
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO														
Ações de planejamento (ANTES) da implementação da SOLUÇÃO														
	Mês													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Reunião com os responsáveis pelas pastas (Educação, Saúde e Assistência) para apresentação da proposta	x													
Reuniões entre os representantes pelas pastas (Educação, Saúde e Assistência) para pactuação do trabalho, organização da equipe de Coordenação Intersectorial e das equipes de ação intersectorial nas escolas	x													
Estabelecer, por meio de decreto, a criação da coordenação de ação intersectorial com funcionários efetivos da Educação, Saúde e Assistência	x													
Incorporar no plano de metas das 3 secretarias (Educação, Saúde e Assistência) a proposta de ação integrada que tenha por objetivo o trabalho integrado entre estas secretarias no sentido fomentar ações que concorram para superação do fenômeno do fracasso escolar	x													
Levantamento dos responsáveis para a organização da formação em serviço para os profissionais das escolas-piloto por meio de parcerias: FME, UFF e outros	x													
Planejamento e organização da formação pelos responsáveis identificados		x												
Avaliação inicial e planejamento, sob a Coordenação da Ação Intersectorial, e em parceria com as equipes intersectoriais sobre os desafios enfrentados pelas escolas-piloto no que tange ao fracasso escolar, identificando ações já realizadas pela escola e disparando a construção conjunta de caminhos dentro das diretrizes da SOLUÇÃO				x										
Início da implementação das ações			x											
Ações durante a implementação da EIXO 1 – Participar para transformar														
Ação	Mês													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Apresentação da Proposta para estudantes, famílias com um grande Seminário-oficina sobre participação					x									
Elaboração de uma proposta conjunta com a Secretaria de Participação Social (SEMPAS) para discutir o tema e apresentar aos estudantes o aplicativo colab.re						x								
Assembleias mensais de estudantes					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Assembleias trimestrais com a participação dos familiares						x		x			x			
Fóruns de cultura (semestral)							x					x		
Ações durante a implementação da SOLUÇÃO - EIXO 2 – Participar para saber e ser														
Ação	Mês													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Formação em serviço (semanal)					x	x	x	x	x	x				
Participação dos alunos na formação (1 vez/mês)					x	x	x	x	x	x				
Participação das famílias e pessoas da comunidade na formação (1 vez/trimestre)							x		x					

visual da escola? Alguma coisa te incomoda aqui? Por que você vem pra escola?

Esta escuta, será seguida, na fase de implementação, por um conjunto de estratégias pensadas para colocar os estudantes, os professores, os seus familiares, os demais atores que direta e/ou indiretamente podem contribuir com a superação da dinâmica de produção do fenômeno do fracasso escolar, como protagonistas das ações a serem desenvolvidas durante todo o processo de implementação, desenvolvimento e conclusão do trabalho.

2.3. Arranjo institucional

O arranjo institucional, pensado para a execução desta proposta se inscreve na necessidade de realizar as seguintes ações: 1. Estabelecer, por meio de decreto, a criação da coordenação de ação intersetorial com funcionários efetivos da Educação, Saúde e Assistência Social; 2. Incorporar no plano de metas das 3 secretarias (Educação, Saúde e Assistência Social) a proposta de ação integrada que tenha por objetivo o trabalho integrado entre estas secretarias no sentido fomentar ações que concorram para superação do fenômeno do fracasso escolar; 3 - Parceria com universidades no sentido de subsidiar os processos formativos.

2.4. Localização da implementação da solução e público alvo

A presente proposta se organiza como um projeto piloto, para que após estudo de resultados, verificar a sua viabilidade de implementação em toda a rede. Sendo assim, a solução deverá ser implementada, em 8 escolas do Ensino Fundamental I (preferencialmente 1 escola por pólo), da rede municipal de educação de Niterói.

2.5. Resultados potenciais e indicadores

Com esta proposta de solução pretende-se gerar os seguintes resultados potenciais: adesão de 80% dos participantes; diminuição do número médio de alunos evadidos nas escolas participantes da proposta; diminuição do quantitativo de alunos em vulnerabilidade escolar; participação ativa dos estudantes, familiares na implementação efetiva do projeto.

Estes resultados irão gerar uma nova educação pautada, sobretudo, na participação coletiva e em novas abordagens que visam integrar todos, principalmente os que se encontram em situações de vulnerabilidade social, em uma educação de efetiva qualidade. A seguir mostramos como se dará as estratégias de análise:

		INDICADORES			RESULTADOS
		Indicador	Fonte de Verificação	Metodologia	Potenciais
1	Quantitativo de estudantes em distorção série-idade	AEPE - FME	Comparar o número médio de estudantes em distorção no final do ano da execução da proposta com o ano anterior.	Diminuição do número médio de estudantes em distorção idade-série nas escolas participantes em comparação ao ano letivo imediatamente anterior;	
2	Quantitativo de estudantes evadidos nas	AEPE- FME	Comparação entre as escolas-piloto e escolas não participantes na	Diminuir o número médio de estudantes evadidos das escolas-piloto em relação ao	

	escolas-piloto e em comparação às escolas não participantes na proposta.		proposta em relação ao número de evadidos	ano letivo anterior e em comparação às escolas não participantes no período de implementação da proposta
3	Quantitativo de estudantes em situação de vulnerabilidade ao fracasso escolar	Unidades Escolares	Avaliar, junto as unidades escolares, quantitativo de alunos em situação de vulnerabilidade ao fracasso escolar fazendo comparações entre o final do primeiro ano da proposta com o ano anterior	Redução do quantitativo de alunos em situação de vulnerabilidade ao fracasso escolar no período de 1 ano com permanente diminuição.
4	Quantitativo de ações que envolvem participação ativa das(os) estudantes na escola	Unidades Escolares	Avaliar, junto a comunidade escolar, como percebem sua participação na escola	Aumento da participação das(os) estudantes, familiares e outros atores na vida escolar;
5	Quantitativo de ações de intervenção e encaminhamento pela rede intersetorial	Relatórios das equipes intersetoriais, avaliações da comunidade escolar e de outras Secretarias	Avaliar ações intersetoriais realizadas	Articulação efetiva entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social no que tange a intervenção sobre casos de fracasso escolar;

2.6. Semear novas soluções: o caráter inovador, criativo e singular da proposta apresentada

A inovação, criatividade e singularidade trazida nesta proposta consiste na adoção de 3 dimensões de trabalho: a perspectiva pedagógica que rompe com a ordem curricular vigente; a participação ativa dos estudantes, seus familiares e outros atores do território no enfrentamento do fenômeno do fracasso escolar; a ruptura com o isolamento e a busca do trabalho interdisciplinar propondo a articulação sistêmica dos diversos dispositivos da rede pública de Niterói.

2.7. Custo aproximado e financiamento

O trabalho foi pensado para ser desenvolvido, basicamente com a estrutura vigente do município. Apresentamos, a seguir, os custos calculados para os profissionais a serem contratados.

Profissional	Custo mensal	Carga Horária	Quantitativo	total mensal	total 14 meses
Psicólogos	R\$ 4.000,00 ¹	30h	02	R\$ 8.000,00	R\$112.000,00
Assistentes Sociais	R\$1.925,85 ²	30h	02	R\$ 7.703,40	R\$107.847,60

¹ Valor salarial com base no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, visando à Contratação Temporária de Servidores para os serviços assistenciais de saúde e administrativos da Estratégia de Saúde da Família / Programa Médico de Família – disponível em: <http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/PSPS-2017/Edital-PSPS-17.pdf>

Professores	R\$ 1.807,98 ³	24 h	16	R\$ 28.926,88	R\$ 404.976,32
Auxílio transporte					R\$ 10.000,00
Todos de custos					R\$ 634.823,92

Consideramos que tal proposta pode ser financiada pelo FUNDEB, Royalties do petróleo, entre outras fontes de custeio.

2.8. Principais barreiras e desafios

As principais barreiras e desafios identificados são: superar a fragmentação das relações institucionais entre diferentes Secretarias do município; a construção de relações horizontalizadas na escola; a assunção por parte da escola de outro arranjo pedagógico que valorize a “voz e a vez” das(os) estudantes.

2.9 Referências Bibliográfica:

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia. Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004

HANFF. BARBOSA & KOCH. Classes de Aceleração : “Pedagogia” da inclusão ou da exclusão? in revista Ponto de Vista, Florianópolis, n. 3/4, p. 027-046, 2002 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1305/1478>.

MAINARDES, Jefferson. A promoção automática em questão: argumentos, implicações e possibilidades. *Revista Brasileira*. Estudos Pedagógicos. Brasília. Volume 7, nº 192, p. 16- 29. Maio/agosto. 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHILKE, A. L. T Palavras (ocas) o vento leva....a dimensão da escuta, do diálogo e da deliberação no estudo da participação infantil a partir da experiência da representação estudantil em uma escola pública municipal. tese de doutorado , UFF . 2017

SILVA, Cléa Monteiro Mello Rocha. *Reorientação da aprendizagem no ensino supletivo de Niterói*: uma proposta em análise. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

SILVA, Leticia Roberta Gomes Martins. *Entre certezas e incertezas, a constante procura de completar o incompleto...* Monografia de conclusão de curso. Niterói, UFF. Mimeo, 2016.

² Valor salarial com base no edital de concurso público aberto pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SASDH EDITAL N° 01, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018, disponível em: http://netstorage.fgv.br/sasdh/Edital_sasdh_25_10_2018_4_retificado.pdf

³ Valor salarial de Professor I, de acordo com edital do CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DA FUNDAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI EDITAL N.º02/2016 – disponível em: <http://www.coseac.uff.br/concursos/FME/2016/arquivos/ConcursoFME-2016-Edital.pdf>